

Fernando Capez

Procurador de Justiça licenciado e Diretor Executivo da Fundação PROCON-SP. Deputado Estadual por três mandatos. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

CURSO DE DIREITO PENAL

PARTE GERAL

Arts. 1º a 120



24ª edição
2020

saraiva *jur*

ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i>	7
<i>Abreviaturas</i>	9
1. Introdução	51
1.1. Da concepção do Direito Penal	51
1.2. Da função ético-social do Direito Penal	51
1.3. Objeto do Direito Penal	54
1.4. O Direito Penal no Estado Democrático de Direito	55
1.4.1. O perfil democrático do Estado brasileiro. Distinção entre Estado de Direito e Estado Democrá- tico de Direito.....	55
1.4.2. O Estado Democrático de Direito e o princípio da digni- dade humana como orientador do Direito Penal.....	57
1.4.3. Princípios penais limitadores decorrentes da digni- dade humana	60
1.4.3.1. Princípio da insignificância ou bagatela	60
1.4.3.2. Princípio da alteridade ou transcendentali- dade	63
1.4.3.3. Princípio da confiança	65
1.4.3.4. Princípio da adequação social	66
1.4.3.5. Princípio da intervenção mínima	67
1.4.3.6. Princípio da proporcionalidade	71
1.4.3.7. Princípio da humanidade.....	72
1.4.3.8. Princípio da necessidade e idoneidade.....	72
1.4.3.9. Princípio da ofensividade, princípio do fato e da exclusiva proteção do bem jurídico	73
1.4.3.10. Princípio da autorresponsabilidade.....	75
1.4.3.11. Princípio da responsabilidade pelo fato.....	75
1.4.3.12. Princípio da imputação pessoal	76
1.4.3.13. Princípio da personalidade	76
1.4.3.14. Princípio da responsabilidade subjetiva	76

1.4.3.15.	Princípio da coculpabilidade ou correspondência.....	77
1.5.	Os limites do controle material do tipo incriminador.....	77
1.6.	Da parte geral do Código Penal: finalidade.....	78
2.	Fontes do Direito Penal	79
2.1.	Conceito.....	79
2.2.	Espécies	79
2.2.1.	De produção, material ou substancial.....	79
2.2.2.	Formal, de cognição ou de conhecimento	80
2.2.2.1.	Espécies de fonte formal.....	80
2.3.	Diferença entre norma e lei	80
2.4.	Da fonte formal imediata.....	81
2.4.1.	Partes.....	81
2.4.2.	Característica.....	81
2.4.3.	Classificação	82
2.4.3.1.	Leis incriminadoras	82
2.4.3.2.	Leis não incriminadoras.....	82
2.4.3.3.	Leis não incriminadoras permissivas.....	82
2.4.3.4.	Leis não incriminadoras finais, complementares ou explicativas.....	82
2.5.	Características das normas penais	82
2.5.1.	Exclusividade	82
2.5.2.	Anterioridade.....	82
2.5.3.	Imperatividade	82
2.5.4.	Generalidade.....	82
2.5.5.	Impessoalidade.....	83
2.6.	Normas penais em branco (cegas ou abertas)	83
2.6.1.	Conceito	83
2.6.2.	Classificação	83
2.6.2.1.	Normas penais em branco em sentido lato ou homogêneas	83
2.6.2.2.	Normas penais em branco em sentido estrito ou heterogêneas	83
2.6.2.3.	Normas penais em branco ao avesso.....	83
2.7.	Das fontes formais mediatas	84
2.7.1.	Costume.....	84
2.7.1.1.	Elementos do costume.....	84
2.7.1.2.	Espécies de costume.....	84

2.7.2. Princípios gerais do direito	85
2.8. Formas de procedimento interpretativo.....	86
2.8.1. Equidade.....	86
2.8.2. Doutrina.....	86
2.8.3. Jurisprudência.....	86
3. Interpretação da Lei Penal	86
3.1. Conceito.....	86
3.2. Natureza.....	86
3.3. Espécies	87
3.3.1. Quanto ao sujeito que a elabora	87
3.3.1.1. Autêntica ou legislativa	87
3.3.1.2. Doutrinária ou científica	87
3.3.1.3. Judicial.....	87
3.3.2. Quanto aos meios empregados	87
3.3.2.1. Gramatical, literal ou sintática.....	87
3.3.2.2. Lógica ou teleológica.....	87
3.3.3. Quanto ao resultado.....	87
3.3.3.1. Declarativa.....	87
3.3.3.2. Restritiva.....	87
3.3.3.3. Extensiva	88
3.4. O princípio <i>in dubio pro reo</i>	88
3.5. Interpretação progressiva, adaptativa ou evolutiva.....	88
4. Analogia	88
4.1. Conceito	88
4.2. Fundamento.....	89
4.3. Natureza jurídica	89
4.4. Distinção entre analogia, interpretação extensiva e interpretação analógica	89
4.4.1. Analogia	89
4.4.2. Interpretação extensiva.....	89
4.4.3. Interpretação analógica	90
4.5. Espécies	90
4.5.1. Legal ou <i>legis</i>	90
4.5.2. Jurídica ou <i>juris</i>	90
4.5.3. <i>In bonam partem</i>	90
4.5.4. <i>In malam partem</i>	90
4.6. Analogia em norma penal incriminadora	91

5. Princípio da legalidade.....	91
5.1. Considerações preliminares	91
5.2. Aspectos do princípio da legalidade.....	92
5.2.1. Aspecto político	92
5.2.2. Aspecto histórico	93
5.2.3. Aspecto jurídico	94
5.3. Princípios inerentes ao princípio da legalidade	95
5.3.1. Princípio da reserva legal.....	95
5.3.1.1. Reserva absoluta de lei	95
5.3.1.2. Reserva absoluta de lei e medida provisó- ria	96
5.3.1.3. Taxatividade e vedação ao emprego da ana- logia	98
5.3.1.4. Taxatividade e descrição genérica	98
5.3.1.5. Conteúdo material do princípio da reserva legal	100
5.3.2. Princípio da anterioridade da lei penal	101
6. Irretroatividade da Lei Penal.....	103
6.1. Considerações preliminares	103
6.2. Aplicação	104
6.3. Lei processual.....	104
6.3.1. Lei processual híbrida	106
6.4. Normas que tratam de execução da pena e o regime disci- plinar diferenciado	107
6.5. Vigência da lei	111
6.6. Hipóteses de lei posterior	112
6.6.1. <i>Abolitio criminis</i>	112
6.6.1.1. A polêmica acerca do art. 28 da Lei n. 11.343/ 2006: <i>abolitio criminis</i> ?	113
6.6.1.2. <i>Abolitio criminis</i> temporária e Lei n. 10.826/ 2003	115
6.6.2. <i>Novatio legis in melius</i>	117
6.6.2.1. Competência para aplicação da <i>novatio legis</i> <i>in melius</i>	117
6.6.3. <i>Novatio legis in pejus</i>	118
6.6.4. <i>Novatio legis</i> incriminadora	118
6.6.5. Dúvida quanto à lei mais benéfica.....	119
6.7. Combinação de leis	119

6.8.	<i>Lex mitior</i> e o período da <i>vacatio legis</i>	121
6.9.	Lei interpretativa – possibilidade de retroação	122
6.10.	Tempo do crime para a fixação da lei aplicável	122
6.10.1.	Crimes permanentes e crimes continuados	122
7.	Leis de vigência temporária.....	123
7.1.	Considerações preliminares	124
7.2.	Características	124
7.2.1.	Autorrevogabilidade	124
7.2.2.	Ultratividade	124
7.3.	Hipótese de retroatividade da lei posterior	125
7.4.	Alteração do complemento da norma penal em branco	125
8.	Tempo do crime e conflito aparente de normas.....	128
8.1.	Teorias sobre o momento do crime	128
8.2.	Conflito aparente de normas.....	129
8.2.1.	Conceito	129
8.2.2.	Elementos	129
8.2.3.	Princípios que solucionam o conflito aparente de normas	130
8.2.3.1.	Princípio da especialidade – <i>lex specialis derogat generali</i>	130
8.2.3.2.	Princípio da subsidiariedade – <i>lex primaria derogat subsidiariae</i>	132
8.2.3.3.	Princípio da consunção – <i>lex consumens derogat consumptae</i>	135
8.2.3.4.	Princípio da alternatividade	140
9.	Territorialidade da lei penal brasileira.....	142
9.1.	Considerações preliminares	142
9.2.	Território nacional.....	142
9.2.1.	Componentes do território.....	143
9.2.2.	Extensão do território nacional	144
9.2.3.	Princípio do pavilhão ou da bandeira	144
9.2.4.	Navios	145
9.2.5.	Aeronaves	145
9.2.6.	Princípio da passagem inocente.....	146
9.2.7.	Asilo	146
9.3.	Hipóteses de não incidência da lei a fatos cometidos no Brasil	146

9.3.1.	Imunidades diplomáticas.....	146
9.3.1.1.	Entes abrangidos pela imunidade diplomática.....	147
9.3.1.2.	Imunidade diplomática e ofensa ao princípio da isonomia	147
9.3.2.	Imunidades parlamentares	148
9.3.2.1.	Imunidade material.....	148
9.3.2.2.	Imunidade processual	149
9.3.2.3.	Imunidade prisional.....	151
9.3.2.4.	Do foro especial por prerrogativa de função	152
9.3.3.	Inviolabilidade do advogado	153
10.	Extraterritorialidade da lei penal brasileira	155
10.1.	Considerações preliminares	156
10.2.	Formas de extraterritorialidade	156
10.2.1.	Incondicionada	156
10.2.2.	Condicionada	156
10.3.	Princípios para aplicação da extraterritorialidade	156
10.3.1.	Princípio da nacionalidade ou personalidade ativa..	156
10.3.2.	Princípio da nacionalidade ou personalidade passiva .	157
10.3.3.	Princípio real, da defesa ou proteção	157
10.3.4.	Princípio da justiça universal (CP, art. 7º, I, d, e II, a)	157
10.3.5.	Princípio da representação	157
10.4.	Classificação das hipóteses de acordo com os princípios e as formas de extraterritorialidade	158
10.5.	Aplicação	159
10.6.	Extradição	160
10.6.1.	Conceito	160
10.6.2.	Princípios aplicáveis	160
10.6.2.1.	Princípio da não extradição de nacionais ...	160
10.6.2.2.	Princípio da exclusão de crimes não comuns.....	160
10.6.2.3.	Princípio da prevalência dos tratados.....	160
10.6.2.4.	Princípio da legalidade.....	161
10.6.2.5.	Princípio da dupla tipicidade	161
10.6.2.6.	Princípio da preferência da competência nacional.....	161
10.6.2.7.	Princípio da limitação em razão da pena ...	161
10.6.2.8.	Princípio da detração	161

10.7. Jurisdição principal e subsidiária	161
10.8. Tribunal Penal Internacional.....	162
10.8.1. Genocídio, princípio da justiça universal e Tribunal Penal Internacional	165
11. Eficácia de sentença estrangeira.....	166
11.1. Da homologação de sentença estrangeira	166
11.1.1. Fundamento	166
11.1.2. Competência	167
11.1.3. Conteúdo da homologação	167
11.1.4. Natureza jurídica	167
11.1.5. Homologação e delibação obrigatória	167
11.1.6. Homologação e execução civil da sentença penal estrangeira	168
11.1.7. Homologação e medida de segurança	168
11.1.8. Procedimento	168
11.1.9. Desnecessidade da homologação.....	168
12. Do lugar do crime	169
12.1. Considerações preliminares.....	169
12.2. Teorias	169
12.2.1. Teoria da atividade	169
12.2.2. Teoria do resultado	169
12.2.3. Teoria da ubiquidade ou mista.....	169
12.3. Teoria adotada	170
12.3.1. Crimes a distância ou de espaço máximo	170
12.3.2. Delito plurilocal	171
12.3.3. Crimes de menor potencial ofensivo.....	172
12.4. Sobre a aplicação da teoria da ubiquidade nas várias hipóteses.....	172
12.4.1. Nos crimes conexos.....	172
12.4.2. No crime complexo	173
12.4.3. Na coautoria, participação ou ajuste.....	173
12.4.4. No delito permanente e no crime continuado	173
12.4.5. Nos delitos habituais	173
12.5. Regras especiais	173
13. Contagem do prazo.....	181
13.1. Considerações preliminares	181
13.2. Contagem de mês e ano	182

13.3. Prescrição e decadência	183
13.4. Características	183
13.5. Interrupção e suspensão	183
13.6. Contagem dos prazos processuais	183
13.7. Distinção entre prazo penal e prazo processual	183
14. Teoria do crime	184
14.1. Conceito de crime	184
14.1.1. Aspecto material	184
14.1.2. Aspecto formal	185
14.1.3. Aspecto analítico	185
14.2. Concepção bipartida e tripartida de crime	185
15. Fato típico	187
15.1. Conceito	187
15.2. Elementos	187
15.2.1. Conduta	188
15.2.1.1. Conceito	188
15.2.1.2. Distinção entre conduta e ato	190
15.2.1.3. Teorias da conduta	190
15.2.1.4. Elementos da conduta	214
15.2.1.5. Ausência de voluntariedade	214
15.2.1.6. Formas de conduta	215
15.2.1.7. Caso fortuito e força maior	220
15.2.1.8. Sujeitos da conduta típica	220
15.2.1.9. Objeto jurídico e objeto material	231
15.2.2. Resultado	232
15.2.2.1. Conceito	232
15.2.2.2. Distinção entre resultado e evento	232
15.2.2.3. Teorias	232
15.2.3. Nexo causal	233
15.2.3.1. Conceito	233
15.2.3.2. Natureza	233
15.2.3.3. Nexo normativo	233
15.2.3.4. Teorias para apontar o nexo causal	234
15.2.3.5. Nexo causal nos diversos crimes	250
15.2.3.6. Nexo causal nos crimes omissivos impróprios	251
15.2.3.7. Superveniência causal	255
15.2.3.8. Caso fortuito e força maior	262

15.2.4. Tipicidade	265
15.2.4.1. Conceito de tipo	265
15.2.4.2. Espécies de tipo	266
15.2.4.3. Conceito de tipicidade	267
15.2.4.4. Distinção entre tipicidade e adequação típica	267
15.2.4.5. Fases da tipicidade	268
15.2.4.6. Adequação típica	272
15.2.4.7. Elementos do tipo.....	274
15.2.4.8. Espécies de tipo quanto aos elementos	276
15.2.4.9. Tipo fundamental e tipos derivados	276
15.2.4.10. Tipicidade conglobante.....	277
16. O tipo penal nos crimes dolosos	280
16.1. Conceito de dolo.....	280
16.2. Elementos do dolo.....	280
16.3. Abrangência do dolo	281
16.4. Fases na conduta	281
16.4.1. Fase interna	281
16.4.2. Fase externa	281
16.5. Teorias.....	283
16.5.1. Teoria da vontade	283
16.5.2. Teoria da representação	283
16.5.3. Teoria do assentimento ou consentimento	283
16.5.4. Teorias adotadas pelo Código Penal	283
16.6. Espécies de dolo	283
16.6.1. Dolo natural	283
16.6.2. Dolo normativo	284
16.6.3. Dolo direto ou determinado.....	285
16.6.4. Dolo indireto ou indeterminado	285
16.6.5. Dolo de dano	286
16.6.6. Dolo de perigo	286
16.6.7. Dolo genérico	286
16.6.8. Dolo específico.....	287
16.6.9. Dolo geral, erro sucessivo ou <i>aberratio causae</i>	287
16.6.10. Dolo de primeiro grau e de segundo grau	288
16.7. Dolo e dosagem da pena	288
16.8. Dolo nos crimes comissivos por omissão.....	289

17.	O tipo penal nos crimes culposos.....	289
17.1.	Conceito de culpa.....	289
17.2.	Tipo aberto	290
17.3.	Crimes materiais	291
17.4.	Elementos do fato típico culposo	291
17.5.	Previsibilidade	291
17.5.1.	Objetiva	291
17.5.2.	Subjetiva	292
17.6.	Princípio do risco tolerado	292
17.7.	Princípio da confiança	292
17.8.	Inobservância do dever objetivo de cuidado	293
17.8.1.	Imprudência	293
17.8.2.	Negligência	293
17.8.3.	Imperícia	294
17.8.3.1.	Diferença entre imperícia e erro médico ...	294
17.9.	Espécies de culpa	295
17.9.1.	Culpa inconsciente	295
17.9.2.	Culpa consciente ou com previsão	295
17.9.3.	Culpa imprópria.....	295
17.9.3.1.	Responsabilização do agente na culpa im- própria	296
17.9.4.	Culpa presumida.....	297
17.9.5.	Culpa mediata ou indireta	298
17.10.	Graus de culpa.....	299
17.11.	Culpa nos delitos omissivos impróprios	299
17.12.	Participação no crime culposo	299
17.13.	Compensação de culpas.....	300
17.14.	Concorrência de culpas	300
18.	Crime preterdoloso	301
18.1.	Conceito	301
18.2.	Crime qualificado pelo resultado	301
18.3.	Espécies de crimes qualificados pelo resultado	301
18.3.1.	Dolo no antecedente e dolo no consequente	301
18.3.2.	Culpa no antecedente e culpa no consequente	302
18.3.3.	Culpa no antecedente e dolo no consequente	302
18.3.4.	Conduta dolosa e resultado agravador culposo (preter- doloso)	302

18.4. Nexa entre conduta e resultado agravador	303
18.5. Do crime preterdoloso.....	303
18.5.1. Componentes do crime preterdoloso	303
18.5.2. Tentativa no crime preterdoloso	303
18.5.3. Latrocínio	304
18.5.4. Lesões corporais de natureza grave ou gravíssima .	304
18.5.4.1. Tentativa na lesão corporal grave ou gravíssima	304
19. Erro de tipo.....	305
19.1. Conceito	305
19.2. Exemplos de erro de tipo	306
19.2.1. Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo incriminador	306
19.2.2. Erro incidente sobre relação jurídica descrita como elementar de tipo incriminador	307
19.2.3. Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo permissivo	307
19.2.4. Erro incidente sobre circunstância de tipo incrimi- nador	307
19.2.5. Erro sobre dado irrelevante	308
19.3. Erro de tipo e erro de direito.....	308
19.4. Erro de tipo e erro de fato	308
19.5. Diferenças entre erro de tipo e delito putativo por erro de tipo	309
19.6. Formas de erro de tipo	310
19.6.1. Erro de tipo essencial	310
19.6.1.1. Conceito	310
19.6.1.2. Característica do erro essencial	310
19.6.1.3. Formas do erro essencial.....	310
19.6.1.4. Efeitos do erro essencial	311
19.6.2. Erro de tipo acidental	312
19.6.2.1. Conceito	312
19.6.2.2. Característica do erro acidental	313
19.6.2.3. Espécies de erro de tipo acidental	313
19.7. Discriminantes putativas.....	320
19.7.1. Conceito	320
19.7.2. Espécies de discriminantes putativas	321

19.7.2.1.	Descriminante putativa por erro de proibição	321
19.7.2.2.	Descriminante putativa por erro de tipo	322
20.	Crime consumado	328
20.1.	Conceito	328
20.2.	Diferença entre crime consumado e exaurido	329
20.3.	A consumação nas várias espécies de crimes	329
20.4.	<i>Iter criminis</i>	330
20.4.1.	Cogitação	330
20.4.2.	Preparação	330
20.4.3.	Execução	331
20.4.3.1.	Fronteira entre o fim da preparação e o início da execução	331
20.4.4.	Consumação	332
20.4.5.	Exaurimento	332
21.	Tentativa (<i>conatus</i>)	332
21.1.	Conceito	332
21.2.	Natureza jurídica	332
21.3.	Elementos	333
21.3.1.	Início de execução	333
21.3.1.1.	CrITÉrio lógico-formal	333
21.3.1.2.	CrITÉrio subjetivo	334
21.3.1.3.	CrITÉrio compositivo ou misto	334
21.3.1.4.	CrITÉrio adotado	335
21.4.	Formas	336
21.4.1.	Imperfeita	336
21.4.2.	Perfeita ou acabada	336
21.4.3.	Branca ou inculpata	336
21.4.4.	Culpata	336
21.5.	Tentativa na lesão corporal de natureza grave e gravíssima	337
21.6.	Infrações penais que não admitem tentativa	337
21.7.	Teorias	338
21.7.1.	Subjetiva	338
21.7.2.	Objetiva ou realística	338
21.7.3.	Teoria adotada	338
21.8.	CrITÉrio para redução da pena	338

22. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	339
22.1. Considerações preliminares	339
22.2. Natureza jurídica	339
22.3. Elementos da tentativa abandonada	340
22.4. Distinção com a tentativa.....	340
22.5. Espécies de tentativa abandonada.....	340
22.5.1. Conceito de desistência voluntária	340
22.5.1.1. Desistência voluntária e terrorismo.....	340
22.5.2. Conceito de arrependimento eficaz	341
22.5.3. Ato voluntário e ato espontâneo	341
22.5.4. Ato voluntário e ato involuntário	342
22.5.5. Distinção.....	342
22.5.6. Consequência	343
23. Arrependimento posterior.....	343
23.1. Conceito	343
23.2. Natureza jurídica	343
23.3. Objetivo	343
23.4. Diferenças entre arrependimento posterior e eficaz.....	343
23.5. Requisitos.....	344
23.5.1. Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa	344
23.5.2. Reparação do dano ou restituição da coisa	344
23.5.3. Voluntariedade do agente	344
23.5.4. Até o recebimento da denúncia ou queixa	344
23.6. Redução da pena	344
23.7. Aplicação	345
23.8. Consequências da aplicação em casos específicos	345
23.8.1. A questão do peculato doloso	345
23.8.2. Emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos	345
23.8.3. Outras hipóteses previstas em leis especiais	346
23.9. Comunicabilidade a coautores e partícipes	347
23.10. Delação eficaz ou premiada e colaboração premiada.....	347
23.10.1. Aplicação em casos específicos	347
23.10.1.1. Lei n. 8.072/90 (Lei dos Crimes Hedion-	
dos).....	347
23.10.1.2. Lei n. 12.850/2013 (Lei de Organizações	
Criminosas)	348

23.10.1.3. Lei n. 9.807/99 (Lei de Proteção a Testemunhas)	348
23.10.1.4. Lei n. 11.343/2006, art. 41 (Lei de Drogas)	349
23.10.1.5. Lei n. 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro)	349
23.10.1.6. Lei n. 7.492/86 (Lei contra o Sistema Financeiro) e Lei n. 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tributária)	350
24. Crime impossível.....	350
24.1. Conceito.....	350
24.2. Natureza jurídica	350
24.3. Hipóteses de crime impossível	351
24.3.1. Ineficácia absoluta do meio	351
24.3.2. Improriedade absoluta do objeto material	351
24.4. Critério de aferição da idoneidade	352
24.5. Outras hipóteses de crime impossível.....	352
24.5.1. Delito putativo por erro de tipo	352
24.5.2. Delito putativo por obra do agente provocador (flagrante preparado)	352
24.5.2.1. Flagrante preparado nos delitos previstos na Lei de Drogas	353
24.5.2.2. Flagrante preparado no delito de concussão	354
24.5.2.3. Diferença entre o flagrante preparado e o flagrante esperado	354
24.5.2.4. Flagrante prorrogado ou retardado	355
24.6. Teorias relativas à punibilidade ou não do crime impossível	356
24.6.1. Sintomática.....	356
24.6.2. Subjetiva	356
24.6.3. Objetiva	356
24.6.4. Teoria adotada pelo Código Penal.....	356
24.7. Questões processuais	357
25. Classificação dos crimes.....	358
25.1. Quanto à qualidade do sujeito ativo	358
25.1.1. Crime comum	358
25.1.2. Crime próprio	358
25.1.3. Crime bipróprio	358
25.1.4. Crime de mão própria	358

25.2. Quanto à relação entre a conduta e o resultado naturalístico	358
25.2.1. Crime material	358
25.2.2. Crime formal	359
25.2.3. Crime de mera conduta	359
25.3. Quanto ao grau de intensidade do resultado.....	359
25.3.1. Crime de dano	359
25.3.2. Crime de perigo	359
25.4. Quanto ao modo de execução	360
25.4.1. Crime de forma livre	360
25.4.2. Crime de forma vinculada	360
25.5. Com relação à forma como o crime é praticado	360
25.5.1. Crime comissivo.....	360
25.5.2. Crime omissivo	361
25.5.2.1. Crime omissivo próprio	361
25.5.2.2. Crime omissivo impróprio.....	361
25.5.3. Crime de conduta mista	361
25.6. Quanto ao número de atos executórios que integram a conduta	361
25.6.1. Crime unissubsistente	361
25.6.2. Crime plurissubsistente	362
25.7. Quanto ao momento em que se consuma o crime	362
25.7.1. Crime instantâneo.....	362
25.7.2. Crime permanente	362
25.7.3. Crime instantâneo de efeitos permanentes.....	362
25.7.4. Crime a prazo	363
25.8. Quanto ao número de bens jurídicos atingidos	363
25.8.1. Crime mono-ofensivo	363
25.8.2. Crime pluriofensivo	363
25.9. Quanto ao número de agentes envolvidos	363
25.9.1. Crime de concurso necessário	363
25.9.2. Crime de concurso eventual	363
25.9.3. Crime eventualmente coletivo	364
25.10. Quanto ao número de vítimas	364
25.10.1. Crime de subjetividade passiva única	364
25.10.2. Crime de dupla subjetividade passiva	364
25.11. Quanto ao local em que o crime é praticado.....	364
25.11.1. Crime a distância	364
25.11.2. Crime plurilocal	364

25.12. Quanto à estrutura delineada pelo tipo penal	364
25.12.1. Crime simples	364
25.12.2. Crime complexo	365
25.13. Quanto à existência autônoma do crime	365
25.13.1. Crime principal	365
25.13.2. Crime acessório	365
25.14. Quanto ao vínculo existente entre os crimes	365
25.14.1. Crime independente	365
25.14.2. Crime conexo.....	365
25.15. Quanto à necessidade de exame de corpo de delito como prova	366
25.15.1. Delito de fato permanente (<i>delicta facti permanentis</i>)	366
25.15.2. Delito de fato transeunte (<i>delicta facti transeuntis</i>)	366
25.16. Quanto à liberdade para iniciar a ação penal.....	366
25.16.1. Crime condicionado.....	366
25.16.2. Crime incondicionado	366
25.17. Outras classificações.....	366
25.17.1. Crime gratuito.....	366
25.17.2. Crime de ímpeto	366
25.17.3. Crime de ação violenta	366
25.17.4. Crime de ação astuciosa	367
25.17.5. Crime de impressão	367
25.17.6. Delito de tendência	367
25.17.7. Delito de intenção.....	367
25.17.8. Crime de expressão	367
25.17.9. Delito mutilado de dois atos	367
25.17.10. Crime exaurido	368
25.17.11. Delito putativo, imaginário ou erroneamente suposto	368
25.17.12. Crime falho	368
25.17.13. Delito de atentado ou de empreendimento	368
25.17.14. Crime de mera suspeita, sem ação ou mera posição	369
25.17.15. Crime obstáculo.....	369
25.17.16. Quase-crime	369
25.17.17. Crime progressivo	369
25.17.18. Progressão criminosa	369
25.17.19. Crime remetido.....	370

25.17.20. Crime subsidiário	370
25.17.21. Crime de ação múltipla ou conteúdo variado	370
25.17.22. Crime de opinião	370
25.17.23. Crime multitudinário	370
25.17.24. Delito de circulação	370
25.17.25. Crime vago	370
25.17.26. Crime habitual	370
25.17.27. Crime profissional	371
25.17.28. Crime funcional (<i>delicta in officio</i>)	371
25.17.29. Crime internacional ou mundial	371
25.17.30. Crime militar	371
26. Ilicitude	372
26.1. Conceito	372
26.2. Antijuridicidade e ilicitude	373
26.3. Diferença entre ilícito e injusto	373
26.4. Teorias da ilicitude	374
26.4.1. Teoria da absoluta independência ou autonomia (Beling, 1906)	374
26.4.2. Teoria do caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i> (Mayer, 1915)	374
26.4.3. Teoria da absoluta dependência ou da <i>ratio essendi</i> (Mezger, 1930)	375
26.4.4. Teoria dos elementos negativos do tipo (Merkel)	375
26.4.5. Teoria adotada: caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i>	375
26.5. Exame da ilicitude: análise por exclusão	376
26.6. Espécies	377
26.6.1. Ilicitude formal	377
26.6.2. Ilicitude material	377
26.6.3. Ilicitude subjetiva	377
26.6.4. Ilicitude objetiva	378
26.7. Causas de exclusão da ilicitude	378
26.7.1. Causas supraleais	378
26.7.2. Causas legais	378
26.8. Questões processuais	379
27. Estado de necessidade	379
27.1. Conceito	379
27.2. Natureza jurídica	380

28.4.4. Meios necessários.....	391
28.4.4.1. Desnecessidade do meio	393
28.4.5. Moderação.....	393
28.4.5.1. Imoderação	393
28.4.5.2. Excesso.....	393
28.4.6. Conhecimento da situação justificante	394
28.4.7. <i>Commodus discensus</i>	395
28.4.7.1. Inevitabilidade da agressão e <i>commodus discensus</i>	395
28.5. Hipóteses de cabimento da legítima defesa.....	396
28.5.1. Legítima defesa contra agressão injusta de inimpunível	396
28.5.2. Legítima defesa contra agressão acobertada por qualquer outra causa de exclusão da culpabilidade.....	396
28.5.3. Legítima defesa real contra legítima defesa putativa	396
28.5.4. Legítima defesa putativa contra legítima defesa putativa	396
28.5.5. Legítima defesa real contra legítima defesa subjetiva..	397
28.5.6. Legítima defesa putativa contra legítima defesa real	397
28.5.7. Legítima defesa real contra legítima defesa culposa	398
28.6. Hipóteses de não cabimento da legítima defesa	398
28.7. Questão processual: quesitação da legítima defesa no júri	398
28.8. Outros conceitos.....	399
28.8.1. Legítima defesa sucessiva.....	399
28.8.2. Legítima defesa putativa.....	399
28.8.3. Legítima defesa subjetiva	399
28.8.4. Legítima defesa recíproca.....	399
28.8.5. Legítima defesa própria e legítima defesa de terceiro	399
28.8.6. <i>Aberratio ictus</i> na reação defensiva.....	399
28.8.7. Legítima defesa e tentativa	400
28.8.8. "Legítima defesa da honra"	400
28.9. Diferenças entre legítima defesa e estado de necessidade...	400
29. Estrito cumprimento do dever legal.....	401
29.1. Conceito.....	401
29.2. Fundamento.....	401
29.3. Requisitos	401
29.3.1. Dever legal	401

29.3.2. O cumprimento deve ser estritamente dentro da lei	401
29.3.3. Conhecimento da situação justificante	402
29.4. Alcance da excludente	402
29.5. Coautores e partícipes	402
29.6. Crime culposos	402
30. Exercício regular de direito.....	403
30.1. Conceito.....	403
30.2. Fundamento	403
30.3. Alcance do exercício regular do direito	403
30.4. Requisitos	403
30.4.1. Significado da expressão “direito”	403
30.4.2. Conhecimento da situação justificante	404
30.5. Aplicação em casos específicos	404
30.5.1. Intervenções médicas e cirúrgicas	404
30.5.2. Violência desportiva	405
30.5.3. Ofendículos (<i>offendiculas ou offensaculas</i>)	406
30.5.4. Defesa mecânica predisposta	407
30.6. Consentimento do ofendido.....	407
30.6.1. Irrelevante penal	408
30.6.2. Causa de exclusão da tipicidade	408
30.6.3. Causa de exclusão da ilicitude	408
30.6.4. Causa de extinção da punibilidade	409
30.6.5. Causa de diminuição de pena	409
30.6.6. Consentimento da vítima nos delitos culposos.....	409
30.6.7. Operações cirúrgicas	410
30.6.8. Ordem pública e bons costumes	410
30.7. Distinção entre consentimento em sentido estrito e acordo	410
31. Culpabilidade.....	410
31.1. Conceito	410
31.2. A culpabilidade como juízo de reprovação.....	411
31.3. Grau de culpabilidade	412
31.4. Culpabilidade do autor.....	412
31.5. Culpabilidade do fato	412
31.6. Evolução do conceito de responsabilidade objetiva para a subjetiva	413
31.6.1. Período primitivo do Direito Penal	413
31.6.2. Talião	413
31.6.3. Período do direito romano	414

31.6.4.	Período germânico	414
31.6.5.	Idade Média.....	414
31.6.6.	Período moderno	415
31.6.7.	Escola Clássica	415
31.6.8.	Escola Positiva italiana	415
31.6.9.	Período atual	416
31.6.10.	<i>Versari in re illicita</i>	417
31.7.	Teorias.....	417
31.7.1.	Teoria psicológica da culpabilidade	417
31.7.2.	Teoria psicológico-normativa ou normativa da culpabilidade	418
31.7.3.	Teoria normativa pura da culpabilidade	419
31.7.4.	Teoria estrita ou extremada da culpabilidade e teoria limitada da culpabilidade	420
31.7.5.	Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro	420
31.8.	Elementos da culpabilidade segundo a teoria do Código Penal	420
31.8.1.	Imputabilidade	420
31.8.1.1.	Conceito	420
31.8.1.2.	Distinção entre imputabilidade e capacidade	421
31.8.1.3.	Distinção entre dolo e imputabilidade.....	422
31.8.1.4.	Distinção entre imputabilidade e responsabilidade	422
31.8.1.5.	Regra	422
31.8.1.6.	Causas que excluem a imputabilidade.....	422
31.8.1.7.	Crítérios de aferição da inimputabilidade	432
31.8.1.8.	Requisitos da inimputabilidade segundo o sistema biopsicológico	433
31.8.1.9.	Questões atinentes à emoção e paixão.....	434
31.8.1.10.	Semi-imputabilidade ou responsabilidade diminuída.....	435
31.8.1.11.	Questões processuais.....	437
31.8.2.	Potencial consciência da ilicitude	438
31.8.2.1.	Erro de direito	438
31.8.2.2.	Erro de proibição	439
31.8.3.	Exigibilidade de conduta diversa.....	444
31.8.3.1.	Introdução	444
31.8.3.2.	Conceito	444

31.8.3.3. Natureza jurídica.....	445
31.8.3.4. Causas que levam à exclusão da exigibilidade de conduta diversa	445
31.9. Responsabilidade penal objetiva	451
32. Concurso de pessoas.....	452
32.1. Nomenclatura	452
32.2. Espécies de crimes quanto ao concurso de pessoas	453
32.2.1. Monossubjetivos ou de concurso eventual.....	453
32.2.2. Plurissubjetivos ou de concurso necessário	453
32.2.2.1. De condutas paralelas	453
32.2.2.2. De condutas convergentes	453
32.2.2.3. De condutas contrapostas	453
32.3. Espécies de concurso de pessoas.....	453
32.3.1. Concurso necessário	453
32.3.2. Concurso eventual	454
32.4. Autoria.....	454
32.4.1. Teoria unitária	454
32.4.2. Teoria extensiva	455
32.4.3. Teoria restritiva.....	455
32.4.3.1. Teoria ou critério objetivo-formal	455
32.4.3.2. Teoria ou critério objetivo-material	456
32.4.3.3. Teoria do domínio do fato.....	456
32.5. Formas de concurso de pessoas.....	460
32.5.1. Coautoria	460
32.5.1.1. Coautoria no crime omissivo próprio	461
32.5.1.2. Coautoria parcial ou funcional.....	461
32.5.2. Participação	462
32.6. Diferença entre autor e partícipe	462
32.7. Natureza jurídica do concurso de agentes	463
32.7.1. Teoria unitária ou monista	463
32.7.2. Teoria dualista	463
32.7.3. Teoria pluralista ou pluralística	463
32.7.4. Teoria adotada pelo Código Penal quanto à natureza do concurso de pessoas.....	463
32.7.4.1. Exceções pluralísticas ou desvio subjetivo de conduta	463
32.8. Da participação.....	464
32.8.1. Natureza jurídica da participação	464

32.8.2. Espécies de acessoriedade.....	466
32.8.2.1. Mínima	466
32.8.2.2. Limitada.....	466
32.8.2.3. Extremada	466
32.8.2.4. Hiperacessoriedade.....	466
32.8.2.5. Teoria adotada pelo Código Penal	466
32.8.3. Formas de participação	467
32.8.3.1. Moral	467
32.8.3.2. Material.....	467
32.8.3.3. Cumplicidade	468
32.8.4. Participação e crime culposo	469
32.8.5. Participação de participação.....	470
32.8.6. Participação sucessiva.....	471
32.8.7. Conivência ou participação negativa (<i>crimen silenti</i>)	471
32.8.8. Participação por omissão	471
32.8.9. Participação em crime omissivo.....	472
32.8.10. Participação impunível	473
32.9. Requisitos do concurso de pessoas	473
32.9.1. Pluralidade de condutas.....	473
32.9.2. Relevância causal de todas as condutas.....	473
32.9.3. Liame subjetivo ou concurso de vontades.....	474
32.9.4. Identidade de infração para todos	474
32.10. Outros conceitos	474
32.10.1. Autoria mediata.....	474
32.10.2. Autoria colateral	476
32.10.3. Autoria incerta.....	476
32.10.4. Autoria desconhecida ou ignorada	477
32.10.5. Multidão delinquente.....	477
32.10.6. Delação e colaboração premiadas	477
33. Comunicabilidade e incomunicabilidade de elementares e circunstâncias.....	478
33.1. Das circunstâncias	478
33.1.1. Conceito	478
33.1.2. Espécies de circunstâncias.....	479
33.1.2.1. Subjetivas ou de caráter pessoal	479
33.1.2.2. Objetivas.....	479
33.2. Das elementares	479
33.2.1. Conceito	479

33.2.2. Espécies de elementares.....	480
33.3. Circunstâncias elementares.....	480
33.4. A regra do art. 30 do CP.....	481
33.5. Casos específicos.....	482
33.5.1. Concurso de pessoas no infanticídio	482
33.5.2. Qualificadora da promessa de recompensa no homicídio	483
33.6. Participação impunível	484
34. Da sanção penal.....	485
34.1. Considerações preliminares	485
34.2. Conceito de pena.....	485
34.3. Finalidades.....	485
34.3.1. Teoria absoluta ou da retribuição	485
34.3.2. Teoria relativa, finalista, utilitária ou da prevenção	485
34.3.3. Teoria mista, eclética, intermediária ou conciliatória	485
34.4. Características da pena	486
34.4.1. Legalidade	486
34.4.2. Anterioridade.....	486
34.4.3. Personalidade	486
34.4.4. Individualidade	486
34.4.5. Inderrogabilidade.....	486
34.4.6. Proporcionalidade	486
34.4.7. Humanidade	486
34.5. Classificação.....	486
35. Das penas privativas de liberdade.....	487
35.1. Espécies	487
35.2. Regimes penitenciários	487
35.3. Do regime inicial de cumprimento de pena	487
35.3.1. Considerações preliminares	487
35.3.2. Sentença omissa quanto ao regime inicial	487
35.3.3. Gravidade do delito e regime inicial fechado	488
35.3.4. Regimes penitenciários iniciais da pena de reclusão	488
35.3.5. Regimes penitenciários iniciais da pena de detenção	489
35.3.5.1. Regime inicial fechado na pena de detenção	490
35.3.6. Regime inicial na pena de prisão simples	490
35.3.7. Soma e unificação de penas para aplicação da regra do concurso de crimes e regime inicial de cumprimento de pena.....	491

35.4. Classificação dos condenados e individualização da execução penal	491
35.5. Da progressão de regime	494
35.5.1. Considerações preliminares e conceito.....	494
35.5.2. Requisitos para a progressão de regime	494
35.5.3. Manifestação do Ministério Público e do defensor ..	496
35.5.4. Progressão por salto.....	496
35.5.5. Falta de vaga no regime semiaberto.....	497
35.5.6. Preso provisório e progressão de regime	498
35.5.7. <i>Habeas corpus</i> e progressão de regime.....	499
35.5.8. Progressão de regime em casos específicos	499
35.5.8.1. Progressão de regime nos crimes hediondos (Lei n. 8.072/90)	499
35.5.8.2. Progressão de regime no crime de tortura: a questão do art. 1º, § 7º, da Lei n. 9.455/97	506
35.5.8.3. Progressão de regime e Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	507
35.5.8.4. Progressão nos crimes contra a administração pública.....	508
35.6. Das regras nos regimes penitenciários	509
35.6.1. Regime fechado	509
35.6.2. Regime semiaberto	515
35.6.3. Regime aberto.....	519
35.6.3.1. Requisitos	519
35.6.3.2. Condições	519
35.6.3.3. Casa do Albergado.....	520
35.6.3.4. Prisão-albergue domiciliar	521
35.6.3.5. Outras regras	521
35.6.3.6. Regressão de regime	522
35.6.4. Regime disciplinar diferenciado.....	524
35.7. Direitos do preso.....	529
35.7.1. Superveniência de doença mental	532
35.8. Da detração penal	533
35.8.1. Conceito	533
35.8.2. Detração e pena privativa de liberdade	533
35.8.3. Detração e medidas cautelares diversas da prisão ...	534
35.8.4. Detração e o juízo da execução	537
35.8.5. Detração em penas restritivas de direitos	537

35.8.6. Detração e medida de segurança	537
35.8.7. Detração em pena de multa	538
35.8.8. Detração e sursis	538
35.8.9. Detração e prisão provisória em outro processo	538
35.8.10. Detração para fins de prescrição.....	539
36. Das penas restritivas de direitos	539
36.1. Considerações preliminares	539
36.1.1. Antecedente histórico	539
36.1.2. Alternativas penais	540
36.1.3. Conceito de medidas penais alternativas	540
36.1.4. Classificação das medidas penais alternativas	540
36.1.5. Conceito de penas alternativas.....	540
36.1.6. Classificação das penas alternativas	541
36.1.6.1. Penas alternativas consensuais	541
36.1.6.2. Penas alternativas não consensuais.....	541
36.1.7. Diferença entre medidas penais alternativas e penas alternativas	541
36.2. Das penas alternativas em geral	542
36.2.1. Penas alternativas e Lei n. 9.714/98.....	542
36.2.2. Natureza do elenco legal das penas alternativas	542
36.2.3. Modificação na tendência de recrudescimento do sistema penal brasileiro	542
36.2.4. Objetivos da atual lei	543
36.2.5. Classificação das infrações penais segundo o grau de lesividade para incidência do sistema alternativo.....	543
36.2.6. Incidência do sistema penal alternativo	544
36.2.7. Espécies das penas alternativas	544
36.3. Das penas alternativas restritivas de direito	544
36.3.1. Classificação das penas alternativas restritivas de direitos	544
36.3.1.1. Penas restritivas de direitos em sentido estrito.....	545
36.3.1.2. Penas restritivas de direitos pecuniárias....	545
36.3.2. Distinção entre a pena de multa e as penas restritivas de direito pecuniárias.....	545
36.3.3. Requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa restritiva de direitos	545
36.3.3.1. Requisitos objetivos	545

36.3.3.2. Requisitos subjetivos.....	546
36.3.3.3. Requisito da quantidade de pena na hipótese de concurso de crimes	546
36.3.4. Aplicação do benefício da pena alternativa em hipóteses específicas	547
36.3.4.1. Crime cometido sem violência ou grave ameaça.....	547
36.3.4.2. Crime de lesão corporal leve (CP, art. 129, <i>caput</i>), constrangimento ilegal (art. 146), ameaça (art. 147) e contravenção de vias de fato (LCP, art. 21).....	547
36.3.4.3. Violência doméstica e familiar contra a mulher.....	547
36.3.4.4. Condenação por crime hediondo.....	548
36.3.4.5. Condenação por tráfico de drogas	550
36.3.4.6. Condenação por roubo simples praticado com emprego de meio que reduza a vítima à impossibilidade de resistência	550
36.3.4.7. Lei de Lavagem de Dinheiro	551
36.3.4.8. Crimes de trânsito e Lei n. 13.281/2016	551
36.3.4.9. Aplicação em casos de reincidência.....	552
36.3.4.10. A revogação do art. 60, § 2º, do CP e a possibilidade de aplicação do benefício da pena alternativa	555
36.3.5. Manutenção do benefício da pena alternativa aplicada em hipóteses específicas.....	556
36.3.5.1. Condenação posterior a pena privativa de liberdade	556
36.3.5.2. Regime aberto e <i>sursis</i>	558
36.3.5.3. Regime fechado e semiaberto.....	559
36.3.5.4. Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente	559
36.3.6. Das penas alternativas restritivas de direito em sentido estrito (prestação de serviços à comunidade, limitação de fim de semana, interdição temporária de direitos)	559
36.3.6.1. Características	559
36.3.6.2. Duração.....	560
36.3.6.3. Possibilidade de cumulação	561
36.3.6.4. Tipos de penas restritivas de direitos.....	561

36.3.6.5. Espécies.....	562
36.3.6.6. Sobre a pena de suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo.....	564
36.4. Das penas alternativas pecuniárias	571
36.4.1. Prestação pecuniária.....	571
36.4.2. Prestação inominada	572
36.4.3. Perda de bens e valores	572
36.4.4. Princípio da personalidade da pena (CF, art. 5º, XLV).....	574
36.4.5. Execução da prestação pecuniária.....	575
37. Da pena de multa	577
37.1. Critério adotado	577
37.2. Espécies	577
37.3. Destinação da pena de multa	577
37.4. Cálculo do valor da pena de multa	578
37.4.1. Identificação do número de dias-multa	578
37.4.2. Identificação do valor de cada dia-multa.....	579
37.4.2.1. Correção monetária.....	579
37.5. Valor irrisório	580
37.6. Conversão da multa em pena de detenção.....	580
37.7. Alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019	580
37.8. Superveniência de doença mental.....	581
37.9. Da multa substitutiva ou vicariante.....	581
37.9.1. Previsão legal	581
37.9.2. Aplicação	582
37.9.3. Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente.....	582
37.9.4. Cumulação de multas	583
37.10. Multa e violência doméstica e familiar contra a mulher.....	583
37.11. <i>Habeas corpus</i> e pena de multa.....	584
38. Das medidas de segurança	584
38.1. Conceito	584
38.2. Finalidade.....	584
38.3. Sistemas	584
38.4. Pressupostos	584
38.4.1. Prática do crime.....	584
38.4.2. Periculosidade.....	585

38.5. Espécies de medida de segurança	585
38.5.1. Medida de segurança detentiva	585
38.5.1.1. Características	585
38.5.1.2. Local da internação	586
38.5.1.3. Desinternação	586
38.5.1.4. Possibilidade de aplicação de medida de segurança detentiva (internação em hospital de custódia e tratamento) em crime apenado com detenção.....	586
38.5.2. Medida de segurança restritiva	587
38.5.2.1. Características	587
38.5.2.2. Critério para fixar o prazo mínimo	588
38.5.2.3. Liberação.....	588
38.5.2.4. Conversão do tratamento ambulatorial em internação	588
38.6. Semi-imputável (CP, art. 98)	588
38.7. Inimputabilidade e medida de segurança.....	589
38.8. Medida de segurança e <i>reformatio in pejus</i> (Súmula 525 do STF)	589
38.9. Procedimento para execução da medida de segurança	589
38.10. Aplicação provisória da medida de segurança	590
38.11. Competência para revogar a medida de segurança.....	590
38.12. Medida de segurança e a detração	590
38.13. Medida de segurança e prescrição	590
38.14. Conversão da pena em medida de segurança	591
38.15. Medida de segurança e Lei n. 12.403/2011	592
38.16. Aplicação sucessiva de medida de segurança	592
38.17. Medida de segurança e indulto	593
38.18. Internação cível	593
39. Da aplicação da pena	593
39.1. Elementar	593
39.2. Das circunstâncias	593
39.2.1. Conceito	593
39.2.2. Classificação das circunstâncias	594
39.2.2.1. Quanto à sua natureza.....	594
39.2.2.2. Quanto à sua aplicação	594
39.2.3. Espécies de circunstâncias legais	594
39.2.3.1. Gerais ou genéricas	594
39.2.3.2. Especiais ou específicas.....	595

39.2.4. Do sistema trifásico para aplicação da pena	595
39.2.4.1. Fundamento legal.....	595
39.2.4.2. Regras básicas	597
39.2.4.3. Das fases de aplicação da pena	598
40. Da reincidência	622
40.1. Conceito.....	622
40.1.1. Reincidência	622
40.1.2. Reincidência específica.....	622
40.1.3. Reincidente em crime doloso	623
40.2. O conceito de primariedade e a reincidência.....	623
40.2.1. Primariedade técnica.....	624
40.3. Natureza jurídica	624
40.4. Prova da reincidência	625
40.5. Incomunicabilidade	625
40.6. Configuração da reincidência em hipóteses específicas	625
40.6.1. Contravenção anterior e posterior	625
40.6.2. Sentença transitada em julgado após a prática de crime	625
40.6.3. Condenação no estrangeiro	626
40.6.4. Multa anterior.....	626
40.6.5. Reabilitação criminal.....	626
40.6.6. Extinção da punibilidade em relação ao crime anterior	626
40.6.7. Extinção da pena pelo seu cumprimento	626
40.6.8. Suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099/95, art. 89)	626
40.6.9. Transação penal (Lei n. 9.099/95, art. 76, §§ 4º e 6º)..	627
40.6.10. Composição civil (Lei n. 9.099/95, art. 74, parágrafo único)	627
40.6.11. Perdão judicial	627
40.7. Ocorrência	627
40.8. Crimes que não induzem reincidência	627
40.9. Efeitos da reincidência	628
40.10. Prescrição da reincidência	629
40.10.1. Termo inicial do período depurador	630
40.10.2. Termo final do período depurador.....	630
40.11. Sistema da temporariedade da reincidência	630
40.12. Reincidência e maus antecedentes	630

41.18.3.3. Expiração do prazo do período de prova do <i>sursis</i> e revogação	644
41.18.3.4. Insubsistência das condições durante a prorrogação	645
41.19. Extinção sem oitiva do Ministério Público	646
41.20. Cassação do <i>sursis</i>	646
41.21. <i>Sursis</i> e revelia	647
41.22. Renúncia ao <i>sursis</i>	647
41.23. <i>Sursis</i> para estrangeiro	647
41.24. <i>Habeas corpus</i> para pleitear <i>sursis</i>	648
42. Livramento condicional	648
42.1. Conceito	648
42.2. Natureza jurídica	648
42.3. Distinção com <i>sursis</i>	648
42.4. Requisitos	649
42.4.1. Objetivos	649
42.4.1.1. Reincidente específico	650
42.4.1.2. Condenado primário, mas portador de maus antecedentes	651
42.4.2. Subjetivos	652
42.4.3. Requisitos procedimentais	652
42.5. Livramento condicional antes do trânsito em julgado	654
42.6. Livramento condicional humanitário	654
42.7. Exame criminológico	654
42.8. Condições do livramento	655
42.8.1. Obrigatórias (LEP, art. 132, § 1º)	655
42.8.2. Facultativas (LEP, art. 132, § 2º)	655
42.8.3. Judiciais	655
42.8.4. Condição legal indireta	656
42.9. Da revogação do livramento	656
42.9.1. Obrigatória	656
42.9.2. Facultativa	656
42.9.2.1. Opções do juiz na revogação facultativa	656
42.9.3. Causas de revogação judiciais	657
42.9.4. Causas de revogação legais	657
42.9.5. Efeitos da revogação do livramento	657

42.10. Suspensão do livramento.....	658
42.10.1. Na hipótese de crime cometido durante a vigência do benefício (art. 86, I)	658
42.10.2. Na hipótese de descumprimento das obrigações constantes da sentença (art. 87, 1ª parte).....	659
42.10.3. Na hipótese do art. 87, 2ª parte.....	659
42.11. Extinção da pena.....	659
42.11.1. Prorrogação do período de prova (CP, art. 89).....	659
42.11.2. Extinção automática (CP, art. 90, e LEP, art. 146)	660
42.12. Livramento condicional e remição	660
42.13. Livramento condicional do estrangeiro.....	660
42.14. <i>Habeas corpus</i> e livramento condicional	660
42.15. Livramento condicional e regime disciplinar diferenciado (RDD)	661
43. Efeitos da condenação.....	661
43.1. Efeitos principais.....	661
43.2. Efeitos secundários	661
43.3. Efeitos extrapenais.....	662
43.3.1. Efeitos extrapenais genéricos	662
43.3.1.1. Apreensão, arrecadação e destinação dos bens do acusado na Lei n. 11.343/2006.....	664
43.3.1.2. Apreensão, arrecadação e destinação dos bens do acusado na Lei n. 10.826/2003.....	666
43.3.1.3. O confisco e as alterações promovidas pela Lei n. 9.714/98 no art. 43 do CP	667
43.3.2. Efeitos extrapenais específicos	669
44. Reabilitação	671
44.1. Conceito	671
44.2. Natureza jurídica	672
44.3. Cabimento	672
44.3.1. Direito à certidão criminal negativa.....	673
44.4. Consequências.....	673
44.5. Pressupostos	673
44.6. Revogação.....	674
44.7. Do procedimento para requerer a habilitação.....	675
44.7.1. Postulação.....	675
44.7.2. Competência para a concessão.....	675
44.7.3. Do pedido.....	675

44.7.4. Provimento n. 5/81 da Corregedoria-Geral de Justiça	675
44.7.5. Negada a reabilitação	675
44.7.6. Recurso cabível	676
44.7.7. Morte do reabilitando	676
44.7.8. Reincidência	676
45. Concurso de crimes	676
45.1. Conceito	676
45.1.1. Concurso de pessoas	676
45.1.2. Concurso aparente de normas	676
45.1.3. Concurso de crimes	676
45.2. Sistemas	677
45.3. Espécies	677
45.3.1. Concurso material ou real	677
45.3.1.1. Conceito	677
45.3.1.2. Concurso material e crime continuado	677
45.3.1.3. Espécies	677
45.3.1.4. Aplicação de penas	677
45.3.1.5. Pena privativa de liberdade somada com restritiva de direitos	678
45.3.1.6. Pena restritiva de direitos com outra restri- tiva	678
45.3.1.7. Juiz competente para a aplicação da regra do concurso material	678
45.3.1.8. Concurso material e prescrição	678
45.3.2. Concurso formal ou ideal	678
45.3.2.1. Conceito	678
45.3.2.2. Requisitos do concurso formal	678
45.3.2.3. Espécies	680
45.3.2.4. Aplicação da pena	681
45.3.2.5. Teorias	681
45.3.2.6. Concurso material benéfico	682
45.3.2.7. Concurso formal e crime único	682
45.3.2.8. Concurso formal e prescrição	682
45.3.3. Crime continuado	682
45.3.3.1. Conceito	682
45.3.3.2. Crime continuado e o concurso formal	683
45.3.3.3. Espécies	683
45.3.3.4. Aplicação da pena	683

45.3.3.5. Concurso material benéfico	684
45.3.3.6. Incidência do aumento de pena no crime continuoado.....	684
45.3.3.7. A pena nas hipóteses de concurso formal homogêneo como componente do crime continuoado.....	684
45.3.3.8. Momento da unificação da pena	684
45.3.3.9. Natureza jurídica.....	685
45.3.3.10. Requisitos	685
45.3.3.11. Teorias sobre a unidade de desígnio	686
45.3.3.12. Distinção entre crime continuado e habitua- lidade criminosa.....	688
45.3.3.13. Crime continuado entre roubos praticados contra vítimas diferentes.....	688
45.3.3.14. Condições semelhantes	689
45.3.3.15. Crime continuado entre delitos culposos...	692
45.3.3.16. Consumação e tentativa	693
45.3.3.17. Crime continuado e aplicação da lei penal no tempo	693
45.3.3.18. Crime continuado e início da contagem do lapso prescricional	693
45.3.3.19. A pena no crime continuado para efeitos da prescrição.....	693
45.3.3.20. Sistema de aplicação da pena de multa no concurso de crimes.....	694
46. Limites de penas.....	695
46.1. Tempo de cumprimento das penas privativas de liber- dade.....	695
46.2. Nova condenação	695
46.3. Limite da pena de multa	696
47. Ação penal.....	696
47.1. Conceito	696
47.2. Características	696
47.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro	696
47.4. As condições da ação penal.....	698
47.4.1. Condições da ação penal, absolvição sumária e Lei n. 11.719/2008	701

47.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios	701
47.5.1. Titularidade.....	701
47.5.2. Princípios.....	702
47.6. Ação penal pública condicionada	705
47.6.1. Conceito	705
47.6.2. Ação penal pública condicionada à representação ...	705
47.6.2.1. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal	706
47.6.2.2. Natureza jurídica da representação.....	707
47.6.2.3. Conceito de representação	708
47.6.2.4. Titular do direito de representação	708
47.6.2.5. Prazo da representação.....	709
47.6.2.6. Forma da representação	710
47.6.2.7. Destinatário da representação.....	711
47.6.2.8. Irretratabilidade da representação	712
47.6.2.9. Não vinculação da representação	712
47.6.3. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	712
47.6.3.1. Hipóteses de requisição.....	713
47.6.3.2. Prazo para o oferecimento da requisição....	713
47.6.3.3. Eficácia objetiva da requisição.....	713
47.6.3.4. Conteúdo da requisição.....	713
47.6.3.5. Destinatário da requisição	713
47.6.3.6. Retratação da requisição	713
47.6.3.7. Vinculação da requisição	714
47.7. Ação penal privada.....	714
47.7.1. Conceito	714
47.7.2. Fundamento	714
47.7.3. Titular	714
47.7.4. Princípios.....	716
47.7.5. Espécies de ação penal privada.....	717
47.7.5.1. Exclusivamente privada, ou propriamente dita	717
47.7.5.2. Ação privada personalíssima	717
47.7.5.3. Subsidiária da pública	717
47.7.6. Crimes de ação penal privada no Código Penal.....	718
47.7.7. Prazo da ação penal privada	718

48. Causas de extinção da punibilidade.....	720
48.1. Conceito e efeitos da extinção da punibilidade	720
48.2. Causas extintivas da punibilidade	720
48.2.1. Morte do agente (inciso I)	720
48.2.2. Anistia, graça e indulto (inciso II)	723
48.2.2.1. Anistia.....	723
48.2.2.2. Indulto e graça em sentido estrito.....	724
48.2.3. Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso (<i>abolitio criminis</i>)	729
48.2.4. Renúncia ao direito de queixa	730
48.2.4.1. Conceito	730
48.2.4.2. Oportunidade	730
48.2.4.3. Cabimento	730
48.2.4.4. Formas.....	730
48.2.4.5. Recebimento de indenização	731
48.2.4.6. Ofendido maior de 18 anos	731
48.2.4.7. Queixa oferecida contra um dos ofensores	731
48.2.4.8. Crimes de dupla subjetividade passiva.....	732
48.2.4.9. Morte do ofendido.....	732
48.2.5. Perdão do ofendido	732
48.2.5.1. Conceito	732
48.2.5.2. Distinção entre perdão e renúncia.....	732
48.2.5.3. Oportunidade	732
48.2.5.4. Cabimento	732
48.2.5.5. Formas.....	733
48.2.5.6. Titularidade da concessão do perdão.....	733
48.2.5.7. Da aceitação do perdão.....	733
48.2.6. Perempção	734
48.2.6.1. Conceito	734
48.2.6.2. Oportunidade	734
48.2.6.3. Cabimento	734
48.2.6.4. Hipóteses	735
48.2.7. Retratação do agente.....	737
48.2.7.1. Conceito	737
48.2.7.2. Casos em que a lei a permite	737
48.2.7.3. Oportunidade	738
48.2.7.4. Comunicabilidade	738

48.2.8. Casamento do agente com a vítima e casamento da vítima com terceiro	738
48.2.9. Perdão judicial	739
48.2.9.1. Conceito	739
48.2.9.2. Faculdade do juiz	739
48.2.9.3. Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido	739
48.2.9.4. Extensão.....	739
48.2.9.5. Hipóteses legais.....	740
48.2.9.6. Natureza jurídica da sentença concessiva ..	741
48.2.9.7. Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa com base no art. 395 do CPP	742
48.2.9.8. Do perdão judicial na Lei de Proteção às Testemunhas (Lei n. 9.807/99)	743
48.2.10. Decadência	748
48.2.10.1. Conceito	748
48.2.10.2. Característica da não interrupção.....	748
48.2.10.3. Efeito	748
48.2.10.4. Prazo decadencial	749
48.2.10.5. Titularidade do direito de queixa ou de representação	749
48.2.10.6. Decadência no crime continuado e no crime habitual.....	750
48.2.10.7. Crimes de lesão corporal dolosa de natureza leve e lesão corporal culposa	750
48.2.11. Prescrição	750
48.2.11.1. Introdução	750
48.2.11.2. Conceito	751
48.2.11.3. Natureza jurídica	751
48.2.11.4. Fundamentos	752
48.2.11.5. Diferença entre prescrição e decadência ..	752
48.2.11.6. Imprescritibilidade	753
48.2.11.7. Espécies de prescrição	754
48.2.12. Prescrição na legislação especial	776
48.2.12.1. Da prescrição em geral	776
48.2.12.2. Da prescrição retroativa	777
<i>Bibliografia</i>	779